

# **A REINVENÇÃO DA CIDADE: GLOBALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

Carlos Eduardo Pereira do Nascimento. Mestre em Economia (UFRN). Doutorando em Desenvolvimento Econômico (IE/Unicamp).

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é refletir sobre a cidade enquanto espaço e ator estratégico de circulação e reprodução do capital, debruçando sobre as discussões acerca da cidade, interações espaciais, desenvolvimento regional e os novos papéis e funções a ela incumbidas como medida estratégica na globalização. Far-se-á uso de uma metodologia de cunho bibliográfico. A ideia é tecer reflexões sobre o papel insustentável do caos urbano que se dissemina há décadas e que pratica o desuso social da cidade a serviço do capitalismo contemporâneo. Conclui-se, portanto, que o planejamento estratégico prepara a cidade para o capital que toma caminhos perversos e destrutivos, os quais prejudicam a sociedade. Dessa forma, as cidades competem, exaurem suas reservas buscando atrair o máximo possível de capital externo e/ou privado, saindo de uma forma passiva de objeto e assumindo a forma ativa de sujeito, auferindo uma nova identidade: uma empresa. Pensando para o Brasil, essa realidade é recorrente, materializada, sobretudo pela guerra fiscal. Nesse sentido, faz-se uma análise crítica norteada para uma necessária atuação do Governo em criar projetos que deem à devida atenção à desigualdade social e regional latente que há muito traz graves prejuízos ao país, privilegiando políticas públicas de caráter nacional, ou seja, buscar uma Política Nacional de Planejamento Regional adequada que priorize as camadas menos privilegiadas social e economicamente.

**Palavras-chave:** Cidade. Desenvolvimento Regional. *City Marketing*. Globalização.

# 1 Introdução

Estudar a cidade é algo instigante e desafiador pela sua complexidade teórica e histórica. Enquanto unidade capitalista, sua composição configura as várias facetas do capitalismo a partir dos sistemas de produção hegemônicos vigentes (comércio, indústria, financeirização do capital) que a acompanham e a moldam de acordo com suas necessidades. A evolução da sociedade enquanto aspecto intrínseco da cidade acompanhou os ditames do capitalismo de modo que o viés político e comercial passou para um viés industrial e urbano que, por sua vez, passou para um viés financeiro espacializado e global.

Esse contexto é acompanhado pela questão do desenvolvimento desigual ou da desigualdade regional, que suscita e reascende diversos estudos relacionados ao planejamento das cidades e regiões e suas relações espaciais, os quais contribuem para avançar sobre as desigualdades regionais das nações e, por conseguinte, das regiões e cidades, envolvendo as dimensões intra e inter-regionais.

Tais considerações evidenciam algumas características que, no final das contas, as cidades tomam: caóticas, inchadas demograficamente, com uma insuficiência de oferta aos serviços demandados pela população; ao serviço do capital. Nesse sentido, a globalização modificou e acentuou as interações espaciais de modo que nenhum espaço é imune a um tipo de mecanismo global. Portanto, os espaços auferem *status* de destaque, inclusive os espaços periféricos, a importância dos locais nas novas configurações globais. Destarte, a cidade norteia-se enquanto espaço globalizado. A nova inspiração encontrada pelo capitalismo na conquista do espaço compreende a compra e venda do espaço na escala mundial. O *City Marketing* é reflexo dessa nova realidade.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a cidade enquanto espaço e ator estratégico de circulação e reprodução do capital, debruçando sobre as discussões acerca da cidade, interações espaciais, desenvolvimento regional e os novos papéis e funções a ela incumbidas como medida estratégica na globalização. Far-se-á uso de uma metodologia de cunho bibliográfico. A ideia é tecer reflexões sobre o papel insustentável do caos urbano que se dissemina há décadas e que pratica o desuso social da cidade aos serviços do capitalismo contemporâneo.

Para tanto, a estrutura segue, além desta introdução e das considerações finais, com três capítulos: discorrer sobre a cidade e suas fases, enquanto unidade capitalista, a fim de entender sua formação e constituição como espaço urbano de relações socioespaciais, mas também como lócus de produção, reprodução e circulação do capital; tecer reflexões à luz das contribuições à Economia Regional e o desigual desenvolvimento após a II Guerra

Mundial; e da relação da globalização com a acentuação das interações espaciais e seus reflexos na composição do *City Marketing*, isto é, da cidade devido ao capitalismo.

## **2 Considerações sobre a cidade enquanto unidade capitalista**

Pensar a cidade é algo instigante e, ao mesmo tempo, desafiador. Para analisá-la, deve-se considerar todos os determinantes estruturais que, ao longo dos anos, a constroi, a transforma e a reconstoi. Logo, a cidade de hoje é corolário cumulativo das cidades que a antecederam, ou seja, transformadas, demolidas, reerguidas, produzidas pelas transformações através dos tempos. Quanto à sua origem, não há um período exato, mas estimativas em torno de 5.000 a.C. e 3.500 a.C., embora os estudos convirjam a apontar para a região da Mesopotâmia (BRAGA; CARVALHO, 2004; CARLOS, 1997; GOITIA, 1982; SPOSITO, 1988).

Na Idade Média, que segue o curso da história após a derrocada do Império Romano no século V, apresenta-se o feudalismo como organização econômica e social dominante, eminentemente rural e com uma parca formação e relação socioespaciais entre os cidadãos. Com a ascensão do Absolutismo, a urbanização recebe um forte reforço, pois a ordem capitalista impôs-se àquele modo de produção. Ademais, surge o mercantilismo através do pressuposto máximo de acumulação de metais preciosos enquanto sinônimo de riqueza, sob a égide do desenvolvimento marítimo e do estímulo ao comércio nas cidades (processo artesanal urbano, produção manufatureira, etc.), reforçando a economia mercantil que disseminou a urbanização ao mundo colonial a partir do século XV, fazendo germinar o capitalismo (SPOSITO, 1988).

Portanto, o capitalismo surge primitivamente sob a égide do comércio, nova centralidade econômica da cidade. Tomou-se como cerne deste modo de produção o estabelecimento de trocas. A partir daí surgem novos e complexos movimentos de fluxos de capital em circulação, gerando novos mercados e atores dentro desse sistema. Destarte, tem-se a inserção do aparato industrial. O movimento de transição do mercantilismo para o capitalismo industrial dá-se pela Revolução Industrial do século XVIII com a ascensão do liberalismo econômico e do movimento filosófico-social cujas doutrinas constituíram a base ideológica do novo desenvolvimento industrial e capitalista (*laissez-faire, laissez-passer*) materializados por Adam Smith, Jeremy Bentham e Stuart Mill (GOITIA, 1982). A indústria nascente se instala inicialmente em espaços contíguos às fontes de energias, matérias-primas, meios de transporte e reservas de trabalho. Ocorre, doravante, um duplo processo

de implosão-explosão da cidade (LEFEBVRE, 2002<sup>1</sup>) rumo à criação de uma anticidade, ou seja, a negação da cidade que a antecede, uma antítese a cidade política-comercial (ARAÚJO, 2012).

Nesse sentido, as cidades, até então presas às raízes locais e regionais, veem, a partir da industrialização, a ampliação de suas funções e relações não somente com os espaços adjacentes, mas também com os espaços distantes. Logo, reforçou o papel da divisão social do trabalho sob a ótica espacial – a divisão territorial do trabalho. Tal divisão tornou-se mais efetiva e possível a partir do desenvolvimento das comunicações e dos transportes (SPOSITO, 1988).

Com a possibilidade de concentrarem-se em espaços fixos, as cidades industriais tomam forma. A fábrica, expressão material incipiente do movimento industrial, nasce antes dela, de uma forma e natureza diferenciadas pautada numa produção artesanal pouco coordenada. Com a industrialização e sua intrínseca relação com o processo vertiginoso de urbanização, produtos poderiam ser vendidos a preços menores e em larga escala. O conceito de fábrica anteriormente apregoado se esvai. Destarte, várias pessoas se alinham ao mercado de trabalho industrial (ROLNIK, 1995).

Tão benéfica pode ser a cidade industrial quanto maléfica. Consolida-se como um local de mercado, ou seja, como centro econômico do estabelecimento com um mercado local e uma especialização permanente da produção econômica (VELHO, 1979). Assim, a cidade industrial é espetáculo, mas também é detestável. As pressões demográficas e a insuficiência das políticas públicas urbanas desestabilizaram as relações socioespaciais, criando camadas sociais, espaços subutilizados e precários movidos pelo caos urbano levando, conseqüentemente, as metamorfoses da cidade. Essa aglomeração exacerbada em grandes cidades levou a formação das metrópoles ou cidades globais como espaço produtivo e nexos dos fluxos de mercadorias e pessoas pelo mundo. Esse contexto se inscreve na lógica de transição do capital produtivo para o capital especulativo, para uma cidade pós-industrial (CARLOS, 1997; ROLNIK, 1995).

Entretanto, antes tecer considerações acerca da concepção de cidade contemporânea e suas repercussões sobre o espaço, cabe frisar as contribuições marxistas à luz deste novo movimento que surge nos anos 1970/80. Materializado por diversos autores adeptos às ideias de Karl Marx, como Henri Lefebvre, Mark Gottdiener, Manuel Castells (temporariamente), David Harvey, Doreen Massey, dentre outros, evoca-se a questão urbana e do espaço sob a perspectiva marxista, mesmo que a inspiração a esta nunca tenha dado a devida atenção ao espaço e a cidade, na tentativa de formular uma

---

1 Negação a centralidade da cidade (implosão) e, posteriormente, ocorre à projeção de fragmentos da malha urbana disjuntos por uma vasta região (explosão).

hipótese para a formação da cidade e evidenciar a urbanização capitalista<sup>2</sup> (GOTTDIENER, 1993; HARVEY, 2012; LEFEBVRE, 2001, 2002, 2011).

A vertente marxista opõe-se as ideias da Escola de Chicago. Para esta defende-se que a cidade é o resultado de movimentos espontâneos e naturais, um corpo de costumes e tradições, envolvido nos processos vitais das pessoas que as compõem, não somente um mecanismo físico de construção artificial. A cidade é caracterizada por contatos mais secundários, ou seja, os contatos da cidade ocorrem face a face, mas são, não obstante, impessoais, superficiais, transitórios e segmentários apregoando a atitude *blasé* (VELHO, 1979). Para aquela, “o espaço da cidade é determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se originam delas” (RAMOS, 2015, p. 304). A cidade, nesse sentido, advém de um consumo coletivo, no qual as relações capitalistas se desenvolvem, ou seja, a acumulação do/pelo capital requer um ambiente que garanta a expansão dos meios de produção e controle do fator trabalho. Dessa forma, o Estado assume papel significativo nesse processo como um agente submisso às ações do capital. Assim, a cidade é um ambiente construído que surge da mobilização, extração e concentração geográfica de vultosa quantidade de mais-valia, isto é, o ambiente erguido é conformado, sobretudo pelo capital intervencionista materializado pelo Estado (GOTTDIENER, 1993; RAMOS, 2015).

A despeito das tentativas, a corrente marxista recebeu duras críticas, sobretudo em relação ao viés economicista. A ideia desta corrente não comportava recursos teóricos significativos que garantissem subsídios que pudessem explicar a realidade socioespacial da cidade, conectando a cultura pelo capital social, pela comunidade, que, por sua vez não é ligada (em parte) as relações econômicas. Além disso, não se mostrou significativa para explicar as transformações urbanas recentes e foi insuficiente para dar explicações à heterogeneidade da pobreza e a complexidade do espaço urbano a partir de teorias gerais (GOTTDIENER, 1993; MARQUES; TORRES, 2005; RAMOS, 2015).

Este contexto de desarranjos institucionais, econômicos, urbanos, sociais e, sobretudo, de crises da acumulação capitalista visto a decadência de seu sistema de produção até então hegemônico, evidenciou-se (e ainda se evidencia) diversas transformações nas relações sociais, econômicas, culturais, políticas, internacionais, com o capital financeiro e sua hegemonia via reestruturação produtiva a partir dos anos 1970, alicerçado pelo neoliberalismo. Buscando alternativas de melhorar o desempenho de seus mercados, o keynesianismo perde sua significância, as políticas sociais são deixadas de lado, a atuação do Estado cai abruptamente, além das diversas desregulações, incluindo a despossessão de direitos dos(as) trabalhadores(as) em detrimento do mercado internacional, e de uma globalização que cada vez mais agudiza os movimentos não-

---

<sup>2</sup> ‘Movimento calculado’ pelo capital no processo de espraiamento de acumulação capitalista, diminuindo os caminhos de sua reprodução e ampliando seu raio de atuação (HARVEY, 2012).

desenvolvimentistas do capital como a polarização de classes, gênero e raça e carência de serviços urbanos, levaram a transformações significativas no mundo, cada região há seu tempo e condição (VÉRAS, 2000).

O neoliberalismo e sua 'ética' utópica preconizam o intenso individualismo possessivo e a correlata renúncia política a formas de ação coletiva, as quais se tornaram padrão para a socialização humana. A população vive progressivamente em áreas urbanas divididas e tendentes ao conflito, numa articulação entre lugares e acentuação da divisão social do trabalho que o capitalismo provoca e de que necessita para se reproduzir (SPOSITO, 1988). Desde sua ascensão, a partir dos anos 1970, a reviravolta neoliberal restaurou o poder de classe das elites, acentuando as desigualdades já existentes e criando uma rede de grandes centros econômicos configurados como praças financeiras e lugares de produção de serviços especializados, ou seja, um *imagineered space*<sup>3</sup> (CARLOS, 1997; HARVEY, 2012). O fetichismo e a ideologia da transformação, a crença de um desenvolvimento via mecanismos da modernidade, ocultam a estagnação das relações sociais essenciais (LEFEBVRE, 2011), propagando o uso do *City Marketing*, buscando sua reinvenção, dotando-a de uma nova identidade dentro da lógica mercadológica (SÁNCHEZ, 2001b).

Todavia, esta situação trouxe novas conotações às cidades. No Brasil, por exemplo, em decorrência das transformações socioespaciais do último quartel do século XX, imprimiram-se novos rearranjos sobre a rede urbana e a forte relação das cidades com seu recorte regional, sobretudo no interior, evidenciando potencialidades regionais e o novo papel auferido pelas cidades. Assim, as relações entre cidade e região acentuam-se, desenhando um novo regionalismo lançado a competitividade global (LIMA; SILVEIRA, 2018).

Nesse sentido, entender, refletir e debater sobre a Economia Regional faz-se presente na compreensão dos desdobramentos desta ciência à luz das transformações socioespaciais auferidas pelas cidades ao longo do tempo, destacando não somente as relações interurbanas, mas também as intraurbanas, analisando a centralidade das cidades e seu papel no contexto local, regional ou nacional.

### **3 Espaço, Economia e Região**

A questão regional ganhou corpo nos debates políticos e econômicos a partir do II pós-guerra, ressaltando, à luz das reconstruções dos países europeus e o Japão, as desigualdades entre e dentro das nações. Tal questão encontra-se na base dos estudos da

---

<sup>3</sup> Um cenário em que a cidade torna-se um evento de entretenimento para os que dele podem dispor.

Teoria Clássica da Localização – TCL – (Johann Heinrich Von Thünen, Alfred Weber, Walter Christaller, August Lösch), na constituição incipiente da Ciência Regional (Walter Isard), no desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração (François Perroux, Gunnar Myrdal, Albert Hirschman, Douglass North), na influência cepalina na América Latina (Celso Furtado) e na Nova Geografia Econômica (NGE), estas últimas intensificadas, sobretudo após o referido período. Desde então, as economias envolvem-se na trama do estabelecimento de modelos de planejamento e de políticas regionais (CAVALCANTE, 2008; MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

Até o século XIX, a teoria econômica não deu a devida atenção à questão espacial refugiando-se num ambiente favorável sem dimensões espaciais. As primeiras contribuições reconhecidas e de grande destaque vêm a partir do trabalho seminal de Johann Heinrich Von Thünen, de 1826, 'O Estado Isolado', o qual lhe deu o título de pai do Marginalismo e precursor da TCL (BENKO, 1999)<sup>4</sup>. Seus pressupostos são: baseia-se em um mercado de concorrência perfeita; considera um espaço rural homogêneo, indiferenciado e isolado (BENKO, 1999; DONNE, 1979). Considerado o primeiro tratamento formal a questão espacial na economia, seu objetivo era explicar a distribuição espacial das atividades econômicas agrícolas e, sobretudo, elucidar o papel da distância e dos custos de transporte sobre o nível de lucros na Alemanha pré-industrial (BREITBACH, 1988; CAVALCANTE, 2008).

Além dele, a Escola Alemã trouxe enormes contribuições para a TCL, fundada não mais pelo espaço agrícola, mas pela indústria e pelos serviços sob o olhar de Alfred Weber, Walter Christaller e August Lösch.

O mais conhecido e frequentemente considerado fundador do Modelo de Localização Industrial foi o economista Alfred Weber. Sua atenção se deu aos estudos conectados a produção industrial, na tentativa de entender a localização ótima das empresas, pressupondo que os custos de produção determinam a posição ótima das empresas, não a mobilidade, no sentido de que quanto mais bem posicionada entre mercado consumidor e fonte de matéria-prima, energia e mão de obra, maior será sua maximização (BENKO, 1999). Para tanto, em 1909, ele publica sua obra 'Teoria da Localização das Indústrias', a qual atesta que as decisões de localização das atividades industriais dependem da ponderação de três fatores, ou seja, baseia-se em um esquema triangular (modelo de triângulo locacional), no qual cada ângulo representa um elemento da produção: custos de transporte, custo de mão de obra e fator local proveniente das forças de aglomeração e desaglomeração. Nesse sentido, a posição espacial ótima de uma indústria dentro do

---

<sup>4</sup> A despeito da enorme representatividade e importância de Von Thünen, Benko (1999) destaca diversas contribuições que direta ou indiretamente tiveram participação na constituição da Economia Regional.

modelo weberiano depende da importância relativa da economia de aglomeração, das diferenças salariais e do nível do custo dos transportes. Suas aplicações foram muito importantes para o avanço do pensamento econômico espacial durante o século XX (BENKO, 1999; DONNE, 1979; FERREIRA, 1989).

Walter Christaller foi um geógrafo alemão que contribuiu para a Economia Regional através de seus princípios da organização urbana do espaço regional. Defendia algo já mencionado por Launhardt, o qual atestava que a forma hexagonal é a mais sustentável das formas de fronteiras de mercado complementares. Fazendo um paralelo entre a hierarquia urbana e a hierarquia dos serviços, pode-se considerar que Christaller foi o fundador da Teoria da Localização das Atividades Terciárias (BENKO, 1999). Ademais, através de sua obra 'Teoria dos Lugares Centrais' compõe-se novos conceitos, cuja riqueza é preconizada até hoje, demonstrando sua importância e contribuição para os estudos regionais. Sua teoria baseia-se na ideia de uma centralidade que culmina em uma organização ao redor do núcleo, da qual também, fazendo uso da geometria alemã, procurou formular uma teoria que tentasse responder tais perguntas, o que o fez chegar à Teoria dos Lugares Centrais (BREITBACH, 1988; MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011).

Entendendo o espaço como um sistema hierarquizado, Christaller adotou como suporte teórico-metodológico Von Thünen (1826) para a espacialização das atividades agrícolas, Alfred Weber<sup>5</sup> (1922) para a teoria das localizações das indústrias e Oskar Engländer (1924)<sup>6</sup>, na qual inter-relacionou as partes da teoria econômica com a relação espacial. Sua teoria faz uso de polígonos hexagonais, pois círculos são eficientes no que concernem distâncias, todavia, algumas áreas ficam desatendidas. Nesse sentido, usar áreas em formato hexagonal minimizam os desatendidos (MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011).

A dimensão das áreas depende de dois fatores: custos de transporte e da elasticidade-preço do bem em questão. Para se chegar à distribuição espacial dos lugares centrais são necessários três princípios: princípio de mercado (minimização do número de centros); princípio de transporte (minimização das distâncias entre os centros); e princípio administrativo (minimização do número de centros de ordem superior que administram os de ordem inferior) (BENKO, 1999; BREITBACH, 1988; MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011).

August Lösch adotou uma metodologia análoga à utilizada por Christaller, porém mais sofisticada. Lösch publicou, em 1940, *A Ordem Espacial da Economia*, na qual propõe uma hierarquia no centro de hexágonos regulares, os quais configuram como áreas naturais de mercado (concorrência perfeita), as quais são divididas por tipo de produto (ramos

---

<sup>5</sup> WEBER, A., *Über den Standort der Industrien, Reine Theorie des Standorts*, 2ª ed. Tübingen, 1922.

<sup>6</sup> ENGLÄNDER, O. *Theorie des Güterverkehrs und der Frachtsätze*, Jena, 1924.

industriais), culminando, destarte, numa hierarquia entre as cidades (formas hexagonais) (BENKO, 1999).

Uma vez que as empresas estejam no centro dos hexágonos, estarão minimizando custos de transporte e criando um hiato delas com suas concorrentes. Este sistema culmina em diferentes áreas de mercado para diferentes bens, gerando uma complexa rede de áreas de mercado e elevado grau de especialização. Contribuiu em grande parte no aperfeiçoamento da Teoria dos Lugares Centrais. A sua principal preocupação é a relação entre localização, região e comércio inter-regional e internacional. O seu esquema baseia-se em três fatores: distância, produção em grande escala e concorrência (BREITBACH, 1988; CAVALCANTE, 2008; DONNE, 1979).

Portanto, o que se enxerga diante do que foi exposto é um conjunto de concepções dispersas que tentam atingir o mesmo objetivo. Destarte, concisamente, expressam-se dentre desse arcabouço teórico de abordagens, teorias e métodos propostos entre 1820 e 1950 que tinham preocupação sobre a questão da localização espacial, subsidiada em grande parte pela Escola Alemã. Sendo assim parte-se a uma concepção mais eclética e de inspiração macroeconômica, iniciada com grande *expertise* por Walter Isard nos anos 1950 (BENKO; 1999; CAVALCANTE, 2008; MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011).

Nesse sentido, em 1956, ele lança sua obra denominada *Localização e Economia Espacial*, na qual propõe uma linha de pensamento multidisciplinar chamada de Ciência Regional, objetivando responder aos problemas levantados pela região ou pela repartição territorial das atividades, resolver problemas 'espaciais'; problemas estes não diagnosticados pelo *mainstream* (BENKO, 1999). Ela retoma o modelo weberiano a fim de melhorar os esquemas espaciais e regionais da economia, desenvolvendo e especificando a economia da aglomeração em economias de localização e urbanização, além de fazer uso do método *input-output* (DONNE, 1979).

A partir daí, os esforços em estudar esta temática se ampliaram. Os estudiosos das Teorias do Desenvolvimento Regional com Ênfase nos Fatores de Aglomeração (Perroux, Myrdal, Hirschman, North), a influência cepalina (Furtado) e a NGE (Thisse, Krugman, Venables, Fujita, Ruiz).

A partir da década de 1950 foram elaboradas Teorias de Desenvolvimento Regional que enfatizavam, diferentemente das teorias antecessoras, as externalidades como fatores que resultavam em dinâmicas de autorreforço e que alimentavam as desigualdades entre cidades/regiões. Estas discussões teóricas rivalizariam com a TCL que, priorizando as decisões locacionais pela ótica da firma, tendiam a desprezar esses efeitos (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011). Os grandes nomes desta linha teórica são François Perroux, Gunnar Myrdal, Alfred Hirschman, Douglass North e Celso Furtado.

François Perroux, muito influenciado pelo papel da inovação tecnológica de Schumpeter, foi um dos destaques na abordagem do espaço na economia, tecendo reflexões a partir dos anos 1950. Tinha como principal preocupação demonstrar que a expansão econômica não se dá de forma homogênea e equilibrada. Para tanto, criou a Teoria dos Polos de Crescimento pautada na indústria motriz, indústria movida e indústria chave. Destarte, argumenta que um polo industrial complexo seria capaz de modificar seu entorno a depender de seu nível de influência econômico-regional decorrentes do surgimento e encadeamento de novas necessidades coletivas (BENKO, 1999; BREITBACH, 1988; CAVALCANTE, 2008; MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011).

Gunnar Myrdal contribuiu com o conceito de causalidade cumulativa, na qual atesta a inexistência da reposição do equilíbrio, ou seja, há uma inter-relação causal e circular nos fatores ligados à questão do desenvolvimento. Além disso, considera a desigualdade um problema no processo de desenvolvimento econômico (BENKO, 1999; CAVALCANTE, 2008; MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011).

Albert Hirschman discute a questão regional, analisando as disparidades desenvolvimentistas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. O autor sugere investimentos nos setores estratégicos, objetivando célere e longo crescimento. Defende a atuação do Estado, sobretudo nos países periféricos. Ademais, diferentemente de Myrdal, via a desigualdade como uma necessidade ou quase um requisito do processo de desenvolvimento (BENKO, 1999; CAVALCANTE, 2008; MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011).

Douglass North evidenciou e aperfeiçoou a Teoria da Base de Exportação<sup>7</sup>, de inspiração keynesiana, a qual parte do princípio de que há uma dotação natural de recursos determinada para algumas regiões, ou seja, o crescimento regional é impulsionado em grande medida pelos insumos exploráveis que o espaço detém e que sejam aceitos pelo mercado internacional. Sendo assim, cada área tenderá a especializar-se num determinado insumo disponível. Com isso, supõe que a região atinge um crescimento autossustentado (BENKO, 1999; BREITBACH, 1988).

Além dos citados, outro grande nome, Celso Furtado, pesquisador brasileiro de grande relevância acadêmica não só para o Brasil, mas para América Latina, debruçou sua atenção sobre o desenvolvimento desigual e o subdesenvolvimento. Afirmou que a formação histórica do desenvolvimento veio com o advento de um núcleo industrial na Europa no século XVIII que provocou modificações na economia. Também chama atenção para o que apresenta como estrutura dualista, onde uma parte tenderia a se organizar dentro dos padrões pré-capitalistas e a outra a base da maximização de lucros. Ademais, o

---

<sup>7</sup> Essa teoria é analisada inicialmente por Homer Hoyt (1895-1984), mas somente tomou maiores proporções através de North.

subdesenvolvimento não é uma anomalia, muito menos uma etapa necessária para se alcançar o desenvolvimento, mas um processo autônomo, resultado das novas condições históricas que criam sérios obstáculos ao setor pré-capitalista, e transformam o dualismo numa característica estrutural permanente (FURTADO, 2000).

A CEPAL também contribui nesse sentido, atrelada a questões abordadas por ela durante a segunda metade do século XX. Tendo como objetivo contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo, ela lança a concepção do sistema centro-periferia e a deterioração dos termos de troca (RODRIGUES, 2009).

Chegando aos anos 1970, estes são caóticos, trouxeram novos paradigmas à economia mundial e com ela o desgaste de diversas correntes ligadas ao espaço, ao urbano e a região. O receituário proposto pela Ciência Regional nos anos 1950 se mostra ineficiente. Entender como conceber o desenvolvimento torna-se tarefa árdua a se responder. A geografia econômica assume nova forma, mais moderna, levando em consideração a mobilidade de bens e a dos fatores de produção ao mesmo tempo. Ela reconhece a estrutura centro-periferia e mostra a evolução das desigualdades regionais. A geografia econômica aprofundada por Carl Ritter, até então praticada desde os anos 1880, é deixada de lado, levando aos geógrafos a mergulharem fundo nas Teorias Clássicas da Localização. Observa-se uma mundialização da economia, uma metropolização do mundo. Cidades globais que integram as redes de fluxos de capital, que representam a nova realidade capitalista. O fenômeno metropolitano, na década de 1980 é amplamente estudado na era dos fluxos, da globalização. Dentro das investigações que envolvem esse fenômeno, o papel das empresas multinacionais é amplamente discutido, pois seus movimentos em busca do lucro integram o espaço de fluxos liderado pelas cidades globais (BENKO, 1999, 2002; CLAVAL, 2012; SANTOS, 1994).

Antes de tratar sobre a NGE, cabe frisar a contribuição da teoria marxista no último quartel do século XX para a questão espacial. Ela não concebe o espaço na economia. Apresenta uma visão reducionista para com a questão espacial. Podem-se elencar três motivos que justifiquem esse descaso: a tardia publicação dos *Grundrisse*, as tradições antiespaciais do marxismo e as modificações nas formas de exploração capitalista (PEREIRA, 2016; SOJA, 1993). Ao considerar o espaço, a teoria marxista o considera como expressão concreta de cada conjunto histórico, ou seja, um todo constituído de fragmentos histórico-geográficos da sociedade. Sua base está ligada as relações sociais como estrutura social historicamente construída, pois se constituem em fator fundamental da determinação do espaço. Destarte, ao definir sua dimensão espacial, centraliza o espaço social. Essa

construção espacial gera a região, corolário das relações inter-regionais. Ademais, atesta o aprofundamento das desigualdades de renda, regionais, sociais, em prol da ampliação do lucro, sendo esta aquela que fomenta tal aprofundamento. Embora se caracterize o Estado como instrumento de ampliação das ações capitalistas de espoliação e reprodução do capital, a teoria marxista mais recente aponta para o Estado como elemento mais complexo do que vinha sendo apregoado, mesmo que seu fim último ainda seja a defesa das elites (PEREIRA, 2016).

Sobre a NGE, esta é representada por grandes nomes como Paul Krugman, Masahisa Fujita e Anthony Venables, sobretudo o primeiro. Apesar de sua existência desde a década de 1990, sua base vem de muito antes, tais como Adam Smith, Von Thünen, Alfred Marshall, Wilhelm Launhardt e Harold Hotelling. Seus conceitos-chave são o comércio internacional, as economias de escala e as teorias da localização (COELHO, 2013). As principais linhas de pesquisa são: efeito de mercado interno (*home Market effect*); modelo de centro-periferia; e modelos de desigualdade em formato de sino (CRUZ, 2011).

Todavia, apesar de recente, esta linha que serve de base para economia regional vem sendo questionada. O que se observa é o uso recorrente de sistemas auto-organizáveis e das teorizações e metodologias unidas à programação (CRUZ, 2011).

A guisa de conclusão buscou-se evidenciar neste capítulo a evolução da Economia Regional, buscando refletir sobre as relações recentes entre espaço e economia, as repercussões dos novos movimentos regionais na estrutura espacial mundial, sobretudo referente ao desenvolvimento regional. O arcabouço teórico preconizado suscita novas discussões sobre o novo papel das cidades no novo arranjo do capital que envolve todos os espaços, para além dos grandes centros metropolitanos. Portanto, entender a lógica pós-1970 e suas repercussões no planejamento urbano e regional é buscar parâmetros que possam evidenciar as transformações socioespaciais via globalização, a acentuação das interações espaciais e as novas configurações de cidade, a exemplo do *City Marketing*.

## **4 Globalização, interações espaciais e o *City Marketing***

O efeito da globalização no mundo trouxe transformações em larga escala e em toda parte. Localidades e regiões tornaram-se destinos estratégicos no entendimento do processo de reestruturação e dinamização do capital. Corolário deste efeito no mundo a partir dos anos 1970, a configuração espacial reestruturou as dimensões escalares de modo que a interação entre escalas (local, regional, nacional e global) tomasse complexidade significativa nas relações socioespaciais, isto é, “[...] *ningún espacio, ni siquiera aquellos más aislados del planeta, es inmune a un tipo de mecanismo global que, de alguna forma,*

*ejerce su influencia sobre él'* (HAESBAERT, 2019, p. 123), de formas diversas e desigualmente distribuídas. Essa movimento complexificou as interações espaciais, sendo estas partes integrantes do processo de transformação social. O espaço é, ao mesmo tempo, fluido e fragmentado, na medida em que as redes têm como característica o não preenchimento do espaço em seu conjunto, o que acentua as descontinuidades espaciais. Portanto, a característica difusa do espaço traz a ideia de uma imbricação entre as escalas e suas influências para a cidade, mostrando as interações espaciais multiescalares presentes na realidade da urbe e na sua constituição urbana contemporânea (HAESBAERT, 2019).

Nesse contexto, os espaços ganham um *status*, sobretudo pela questão de os espaços periféricos serem inseridos na lógica capitalista, além da complexa relação existente entre as escalas e a alteração das lógicas e da produção do espaço que passa a ser corolário, também, dos interesses e destinos do capital corporativo. Seja qual for a dimensão escalar, a segregação socioespacial e o acesso desigual à cidade predomina nas diversas instâncias, alimentados pelo capitalismo predatório, resíduos historicamente construídos sendo ativamente reconstituídos pelo modo de produção vigente (CATELAN, 2012; COMPANS, 1999), ou seja, “as ações sobre o território se processam em simultâneo em diferentes escalas e por mecanismos complexos, simultaneamente e interligados” (LAMAS, 2004, p. 121).

As cidades passam a se tornar econômicas (verdadeiros complexos produtivos) e culturais (salientando a presença do turismo, a qual altera substancialmente a inserção econômica e cultural de sua população); se elevam a categoria de sujeito. Assim, ela está morta, em seu sentido histórico; mas o urbano permanece intacto, persistente. Nesse contexto, o antigo não existe, mas sim o novo, a existência de uma nova cidade, com novas bases, numa outra escala, sob novas condições, com uma nova sociedade (DAMIANI, 2006).

Revela-se, diante dos acontecimentos recentes globalização, a abertura dos mercados, a descentralização política, a revalorização das identidades locais ou regionais e a multiplicação de demandas sociais heterogêneas que não se sentem satisfeitas pelas respostas estatais, a partir dos quais os projetos para a cidade (ou região) representam uma oportunidade democrática. Oferecendo soluções para as parcerias público-privadas e, sobretudo, permitindo reconstruir o sentido de cidade (CASTELLS; BORJA, 1996).

Todavia, a apresentação da cidade enquanto ator político coloca-a na realidade das chamadas cidades-modelo, nas quais os atores leem-na e constroem para elas imagens dominantes e persuasivas para sua legitimação multiescalar. A partir disso, engendram-se novas formas de dominação de manipulação cultural, potencializando a eficiência

econômica e territorial da cidade. Essa realidade evidencia um movimento acerca da questão urbana: se antes o debate versava sobre desenvolvimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, agora tem como preocupação central a problemática da competitividade urbana. As preocupações estão no entorno do ideário da cidade tomando funções de empresa para se inserir no mercado internacional e a preocupação em que essa realidade afete a democracia, ou seja, a venda da imagem de uma cidade segura muitas vezes vai junto com a venda da cidade justa e democrática. A transformação das cidades em mercadorias indica a mercantilização do espaço, não somente o privado, mas o ambiente público. Essa situação evidencia a forte importância que o espaço se faz no capitalismo com a existência de um 'mercado de cidades' (SÁNCHEZ, 2001b).

Tudo isso envolve a desigualdade dos espaços, das regiões, numa constituição de espaços privilegiados pelas ações do capitalismo em detrimento de espaço não inseridos pela ausência de um aporte de infraestrutura que garanta as ações do capital. A relação mercantil das cidades é forte, destrutiva, exaurindo o erário em mecanismos de atração de investimentos que nem sempre são positivos para a sociedade e o executivo local. Ademais, a forte relação multiescalar da cidade com outros espaços justificam ainda mais a importância do espaço local, a cidade, para o capitalismo (VAINER, 2002).

Logo, a cidade norteia-se enquanto espaço globalizado. A nova inspiração encontrada pelo capitalismo na conquista do espaço compreende a compra e venda do espaço na escala mundial. O *City Marketing* é reflexo dessa nova realidade. O planejamento estratégico que prepara a cidade para o capital toma caminhos perversos e destrutivos que, no final, prejudica a sociedade. Ou seja, as cidades competem, exaurem o erário buscando atrair o máximo possível de capital externo e/ou privado, saindo de uma forma passiva de objeto e assumindo a forma ativa de sujeito, auferindo uma nova identidade: uma empresa.

A construção da imagem mercadológica numa perspectiva não econômica, mas política e estratégica; um espaço de poder. As cidades são reinventadas para satisfazer o bem estar da sociedade em seu momento de consumo, de lazer, de turismo. Dessa forma, passam a ter uma identidade vitalizada através do *marketing* urbano, transformando-a em um ambiente atraente, criativo e seguro para viver, visitar, investir. Torna-a um lugar de espetáculo e pronta para ser vendida (SÁNCHEZ, 2001a; MARCHESINI JUNIOR, 2010). Ou seja, As cidades “não são mais lugares para se habitar, mas para exibir, [...] como se fossem imensos videoclipes publicitários” (BARBOSA, 2011, p. 127).

## **5 Considerações finais**

As cidades são, há tempos, importantes símbolos da civilização e das evoluções espaciais, econômicas, culturais, políticas que envolvem uma série de transformações na forma, na estrutura, na essência da cidade e dos que nela vivem. Tais transformações foram e continuam a ser complexas sob a égide das ações promovidas pelo ser humano e pelo capital. Enquanto unidade capitalista, mostrou uma evolução significativa de tal forma que levou ao aumento de sua participação nos debates e nas ações das políticas de Governo. A atenção às desigualdades regionais, aos adensamentos populacionais e produtivos nos grandes centros mundiais e as mudanças tecnológicas e informacionais trouxeram novas conotações ao que é cidade e suas formas frente ao que foi e ao que é atualmente.

Nesse sentido, a Economia Regional apresenta-se importante na constituição da cidade enquanto rede de influência para os espaços contíguos. Seu papel na discussão sobre espaço heterogêneo e a questão regional no que concernem as desigualdades traz destaque e importância no debate dos estudos urbanos e regionais e sobre a cidade.

Com o advento da globalização, os novos papéis/funções das cidades modificaram as relações de mercado e de trabalho. Diante disso, a cidade toma novos 'nortes' quanto a sua constituição enquanto ambiente globalizado. A nova inspiração encontrada pelo capitalismo na conquista do espaço compreende a compra e venda do espaço na escala mundial. O *City Marketing* é reflexo dessa nova realidade: numa nova orientação urbana na qual o espaço é reequipado e reestruturado à criação ou atendimento das necessidades do consumidor. Assim, busca-se engendrar um espaço no qual as políticas públicas se voltem à construção de uma cidade vendável, transformando-a através de representações perfeitas, em um ambiente onde o capitalismo não mostre seus malefícios, onde a nova racionalidade capitalista é capaz de potencializar a eficiência econômica e a reorganização territorial, introduzindo formas modernas de dominação e técnicas de manipulação cultural.

O planejamento estratégico que prepara a cidade para o capital toma caminhos perversos e destrutivos que, no final das contas, prejudica a sociedade. Ou seja, as cidades competem, secam suas reservas buscando atrair o máximo possível de capital externo e/ou privado, saindo de uma forma passiva de objeto e assumindo a forma ativa de sujeito, auferindo uma nova identidade: uma empresa.

Em suma, este trabalho pretendeu refletir no planejamento das cidades numa perspectiva mais social e equitativa, não destrutiva e socialmente nociva. Pensando no caso brasileiro, em especial, deve-se existir uma necessária atuação do Governo em criar projetos que deem à devida atenção à desigualdade social e regional latente que há muito traz graves prejuízos ao país, privilegiando políticas públicas de caráter nacional, ou seja, buscar uma Política Nacional de Planejamento Regional adequada que priorize as camadas

menos privilegiadas social e economicamente. Os valores e costumes impostos pelo capitalismo contemporâneo preconizam manipulação e alienação dos indivíduos, reproduzindo uma sociedade que perde, gradativamente, suas raízes culturais, seus costumes e sua solidariedade.

## Referências

ARAÚJO, J. A. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, nº 31, p. 133-142, 2012.

BARBOSA, J. L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2011.

BENKO, G. **A ciência regional**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. de. Cidade: espaço de cidadania. In: GIOMETTI, A. B. R.; BRAGA, R. (Org.). **Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação: Ensino de Geografia**. São Paulo: UNESP-PROPP, 2004. P. 105-120.

BREITBACH, A. C. de M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

CARLOS, A. F. A. **A cidade: o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano?** 3ª ed. São Paulo-SP: Contexto, 1997.

CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 45, p. 152-166, 1996.

CATELAN, M. J. **Heterarquia urbana: interações espaciais interescalares e cidades médias**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CAVALCANTE, L. R. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista brasileira de estudos regionais e urbanos**, v. 2, p. 9-32, 2008.

CLAVAL, P. Espaço e território: as bifurcações da ciência regional. **Espaço e Economia**, ano 1, nº 1, 2012.

COELHO, A. L. C. A “velha” geografia econômica da nova geografia econômica: Lösch frente aos demais antecedentes da modelagem RDE – **REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**, ano XV, nº 27, p. 67-74, 2013.

COMPANS, R. O paradigma das *global cities* nas estratégias de desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 1, n. 1, p. 91-114, 1999.

CRUZ, B. de O. Uma breve incursão nos aspectos Regionais da Nova Geografia Econômica. In: CRUZ, B. de O. *et al.* (Org.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. San Pablo: CLACSO, 2006.

DONNE, M. D. **Teorias sobre a cidade**. Lisboa: Edições 70, 1979.

FERREIRA, C. M. de C. Espaço, regiões e economia regional. In: HADDAD, P. R. *et al.* **Economia regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza: ETENE/BNB, 1989.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GOITIA, F. C. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1993.

HAESBAERT, R. **Regional-Global: dilemas de la región y de la regionalización en la Geografía contemporánea**. Buenos Aires: CLACSO, 2019.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sergio Martins. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 3ª reimpressão. São Paulo-SP: Centauro Editora, 2011.

LIMA, J. L.; SILVEIRA, R. L. L. da. Cidades Médias Brasileiras a Partir de um Novo Olhar Denominal e Conceitual: Cidades de Comando Regional. **Desenvolvimento em questão**, ano 16, n. 42, p. 8-41, 2018.

MARCHESINI JUNIOR, A. O modelo estratégico urbano de “City Marketing” e suas escalas de atuação. **Espaço em Revista**, v. 12, nº 2, p. 84-101, 2010.

MARQUES, E.; TORRES, H. **São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais**. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

MONASTERIO, L.; CAVALCANTE, L. R. Fundamentos do pensamento econômico regional. In: CRUZ, B. de O. *et al.* (org.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.

PEREIRA, W. E. N. **Reestruturação do setor industrial de Campina Grande-PB a partir dos anos 1990**. [recurso eletrônico]. Natal: EDUFRN, 2016.

RAMOS, E. F. A Cidade pensada teoricamente. **Caderno de Geografia**, v. 25, n. 44, p. 301-311, 2015.

RODRIGUES, O. **O estruturalismo latino-americano**. Tradução Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 4ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001a.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Rev. Sociol. Polít.**, 16, p. 31-49, 2001b.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In. ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único**: Desmanchando Consenso. Petrópolis: Editora Vozes, 3ª edição, 2002.

VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

VÉRAS, M. P. B. **Trocando olhares**: uma introdução à construção sociológica da cidade. São Paulo: Studio Nobel EDUC, 2000.